

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA LEI 5.692/71
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
NA UFAM

Bolsista: Érika Talyta Soares do Carmo Sena, CNPq

MANAUS
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO PARCIAL
PIB – SA – 0028/2009
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA LEI 5.692/71
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
NA UFAM

Bolsista: Érika Talyta Soares do Carmo Sena, CNPq
Orientadora: Prof^a. Dr.^a Arminda Rachel Botelho Mourão

MANAUS
2009

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
JUSTIFICATIVA	06
OBJETIVOS	07
OBJETIVO GERAL	07
OBJETIVOS ESPECIFICOS	07
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	08
PROCEDIMENTO METODOLOGICO	17
RESULTADOS FINAIS	20
CONCLUSÃO.....	22
CRONOGRAMA.....	23
REFERENCIAS.....	24

RESUMO

Objetiva traçar a formação histórica da Escola Técnica Federal do Amazonas por meio da análise da Lei 5692/71. O mesmo justifica-se pela preocupação em pesquisar as categorias que estão embutidas na referida lei, analisando a trajetória histórica da Construção da ETFAM, neste período. Utilizamos como procedimento metodológico a análise de conteúdo (a análise documental, pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos, a inferência e interpretação). Como fundamentação teórica buscamos relatar os acontecimentos ocorridos no período da ditadura militar no que afetou diretamente o desenvolvimento econômico brasileiro e o sistema educacional.. Assim, obtivemos como resultados finais a compreensão dos acontecimentos que envolvem a lei 5.692/71 e o ensino profissionalizante, além de documentos relativos ao período estudado relatando os cursos oferecidos, regimento escolar, direitos e deveres dos alunos entre outros.

Palavras – chave: Educação profissional. Lei 5.692/71. Escola Técnica Federal do Amazonas.

ABSTRACT

This report aims to analyze the professional education based on the Law 5.692/71 in which aims to trace the historical formation of the Federal Technical School of Amazonas. The same is justified by the concern to find the categories that are embedded in the Law 5692/71, examining the historical course of construction ETFAM in this period. Used as instruments to content analysis (the analysis of documents, pre-analysis, material investigation and processing of results, inference and interpretation). As theoretical basis we try to report the events that occurred during the military dictatorship in that directly affected the Brazilian economic development and the educational system of that period. Thus, we obtained the final results as the understanding of events that involve the Law 5.692/71 and vocational education, as well as documents relating to the reporting period studied the courses offered, school regulations, rights and duties of students and others.

Key - words: Vocational education. Law 5.692/71. Federal Technical School of Amazonas.

INTRODUÇÃO

O Projeto visa traçar a formação histórica da Escola Técnica Federal do Amazonas trabalhando a Lei 5.692/71 que reforma o ensino de 1º e 2º graus e, conseqüentemente, a estrutura da referida instituição. Esta lei não é considerada uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pois segundo Carneiro (2001) não havia uma organicidade e um sentido de inteireza, pois tratava o ensino de forma fragmentada.

Para Carneiro (2001) a 5692/71 quando institui a profissionalização compulsória o faz sob a égide de uma racionalidade tecnicista, procurando responder ao mercado de trabalho sem levar em consideração as estruturas sociais e econômicas brasileiras.

O momento histórico da Construção da 5.692/71 vai se refletir nas concepções sobre a Educação Profissional constantes da lei. Segundo Nascimento e Colares (2008, p. 2)

O período de 1964 a 1971 foi marcado por profundas mudanças históricas, que foram significativas e envolveram a Revolução de 64 e o período de Industrialização, o qual necessitava de pessoas para atuarem no mercado de trabalho, principalmente que soubessem ler e escrever para poderem manusear máquinas industriais. Nesse período, as autoridades de ensino não priorizavam o conhecimento científico. Entre 1964 e 1971, surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no 5692/71, que reconheceu a integração completa do ensino profissionalizante ao sistema regular de ensino, estabelecendo a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e o propedêutico, para fins de prosseguimento nos estudos. Desse modo, a Lei no 5692/71 rompeu com uma tradição secular que não vinculava o Ensino Médio estritamente ao mundo do trabalho profissional e tornava obrigatória a aquisição de uma profissão pelo estudante, mesmo aquele que buscava o 2o grau apenas como caminho para o ensino superior. De acordo com pesquisa realizada por SILVA (1997) a exigência legal imposta nas escolas de 2o graus, no sentido de profissionalizarem seus alunos aliada à falta crônica de recursos financeiros, materiais, de pessoal qualificado, de instalações e equipamentos fez com que uma situação fosse criada dando a entender, de modo que, aparente e formalmente, as escolas estariam cumprindo o que estava na Lei. Disso, resultou ênfase em ramos de atividade técnica de baixo custo, sem que se levassem em conta as necessidades do mercado de trabalho.

Desta forma, as concepções sobre o ensino profissional vão se construindo no processo de reconstrução histórica da Educação Profissional no Estado do Amazonas, sendo fundamental analisar o contexto em que isto ocorre que é justamente a ditadura militar.

JUSTIFICATIVA

Segundo Freitag (2005) os processos educacionais estão relacionados com o desenvolvimento implementado no país e, por isso, a lei 5.692/71 reflete o clima ditatorial existente a partir do Golpe Militar que ocorreu em 1964 (AZEVEDO e PELEGRINI, 2009, p.1). Para Frigotto (1988, p. 14)

Nesse contexto, a atitude inicial foi a inviabilização das iniciativas gestadas pelo impasse da política nacional desenvolvimentista, em especial o projeto de Reforma Universitária, o Plano Nacional de Alfabetização e os núcleos de educação popular (RIBEIRO, 1993). Por conseguinte procurou-se a formulação de um novo ordenamento legal, cujo referencial foi a absorção do discurso economicista na educação, ou seja, a “Teoria do Capital Humano”, a subordinação das estruturas de ensino aos interesses dos círculos conservadores responsáveis pelo golpe atrelados aos da burguesia internacional e o arrefecimento do movimento estudantil.

Como o projeto está relacionado com um projeto mais abrangente denominado “A Reconstrução dos Caminhos da Educação Profissional no Amazonas: Refletindo sobre as categorias de análise”, no decorrer da pesquisa uma das nossas preocupações é analisar as categorias que estão embutidas na Lei 5692/71, analisando a trajetória história da Construção da ETFAM neste período.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Traçar a formação histórica da Escola Técnica Federal do Amazonas trabalhando a Lei 5.692/71.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Verificar as concepções de Educação Profissional na Lei 5692/71
- Reconstruir a trajetória histórica da Escola Técnica Federal do Amazonas a partir da Lei 5692/71.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. O CONTEXTO

Ao analisarmos a história de 20 anos de medo, violência, prisões políticas, inquéritos policiais militares, proibição do direito de greve, cassação de direitos políticos, exílio etc, vemos como a ditadura militar causou grandes danos aos brasileiros que viveram aquela época tão arbitrária, onde o governo usurpou o estado de direito daquela nação.

Construir uma história frente a uma séria contradição entre a ideologia política e o modelo econômico requer uma atenção extra para não deixar de relatar fatos tão importantes da nossa história.

É possível construir uma história de luta onde o povo sofreu com a pobreza causada pela migração de famílias da zona rural para as grandes cidades que não tinham condições de acolher tanta gente. De um povo que teve seus direitos reprimidos por um regime político autoritário, que impôs duras medidas de repressão que iam desde torturas e mortes até “desaparecimentos” e “suicídios”. História que relata a reestruturação do movimento estudantil e as tentativas do governo de impedir a atuação do movimento no âmbito nacional, onde criou novas disciplinas no ensino educacional com intuito de manipular a opinião da população.

Estratégias utilizadas pela ditadura militar para impedir que o povo tivesse seus direitos de volta não foram suficientes, os estudantes da extinta UNE¹ passaram a agir clandestinamente a fim de reconquistar a dignidade do povo brasileiro através de manifestos contra uma política autoritária, a fim de acabar com os conflitos e a censura que tanto prejudicou a vida cultural e o ensino no Brasil.

A ditadura militar foi construída a partir de atos institucionais (AI), determinados pelo único poder presente e atuante no governo, o Executivo. Nesse sentido, para uma melhor compreensão do significado dessa política (ZOTTI, 2004 ,p.138).

Por sofrerem muito com a repressão dos militares os movimentos estudantis passaram a radicalizar em seus atos principalmente no que se referia à urgência da reforma universitária. Ao longo dos acontecimentos o Ato Institucional nº 5 retirou todas as garantias individuais, públicas e privadas concedendo-as ao presidente da República que passou a atuar como executivo e legislativo. Foi sancionado o

¹ A UNE volta a se rearticular na década de 1980. Inclusive no atual governo a entidade resgata a sua sede, sendo um marco histórico na redemocratização do país.

Decreto-lei nº477 que proibia aos professores, alunos e funcionários das escolas toda e qualquer manifestação de caráter político.

Vemos também um cenário de escassez na oferta de vagas nas universidades, onde as universidades existentes não tinham condições de atender a demanda dos candidatos que eram aprovados no exame vestibular. Por causa disso, os candidatos aprovados no vestibular pressionavam o governo por mais ofertas de vagas nas universidades. O novo vestibular a época era classificatório, assim, aqueles que conseguiam a média exigida ficavam na lista classificatória, o que gerou um grande número de excedentes em todo o Brasil.

Com objetivo de por fim a crise dos candidatos excedentes criou-se o Decreto nº 68.908/71, que estabelecia o critério classificatório onde eram aceitos apenas os números de candidatos condizentes com as vagas disponíveis, mediante classificação.

Observamos ainda o interesse do Brasil em fazer parte do capitalismo internacional, onde que para se tornar membro teve de investir na educação adotando o modelo tecnicista onde se baseia no sistema de produção capitalista, no qual tratar a educação como capital humano.

Temos também acordos feitos entre o Ministério da Educação e Cultura e o United States Agency for International Development, que foram firmados na época do golpe militar em 1964 e só se tornaram públicos em novembro de 1966. Há também a reforma universitária, onde unificou o vestibular, criou uma nova composição curricular e aglutinou as faculdades em universidades a fim de otimizar os recursos materiais e humanos, tendo em vista maior eficácia e produtividade.

A lei da reforma do ensino superior se baseia no modelo universitário. Estrutura o ensino básico e profissional com dois níveis de pós – graduação – mestrado e doutorado – (Art.17,b); adota o sistema de créditos, ou seja, de matrícula por matéria e propõe a avaliação em vez de nota por menções (FREITAG, 1980,P. 84).

A reforma do 1º e 2º graus, ampliou o período escolar de quatro para oito anos. Uniu o antigo primário ao ginasial, suprimindo assim os exames admissionais; criou a escola única profissionalizante e reestruturou o curso supletivo. Com a reforma foram incluídas como matérias obrigatórias a Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Programa de Saúde e Religião. Além disso, para

tentar minimizar o alto índice de analfabetismo foi criado o Mobral em 1967, mas só começou a funcionar em 1970. Segundo Vieira (2008, p.125):

O foco inicial da política educacional do regime militar é o ensino superior, com o intuito de racionalizar e flexibilizar a oferta, de modo a atender um maior contingente de alunos. A reforma do ensino do 1º e 2º graus, por sua vez, orienta-se para a contenção dessa demanda através da formação de quadros técnicos de nível médio, por meio da profissionalização.

Hoje podemos dizer que as reformas feitas no sistema educacional não obtiveram os resultados esperados devido à falta de recursos materiais e humanos para atender a demanda, bem como a falta de professores especializados e a infraestrutura adequada aos cursos. Na contra mão das reformas na educação feita pelo governo vinha às escolas particulares que adotavam um “programa oficial” onde atende apenas as exigências legais, ou seja, trabalhava apenas na formação geral e preparação para o vestibular.

Assim, testificamos que escolas particulares prosperavam continuamente, enquanto as oficiais persistiam em realizar programas com disciplinas mal administradas, descuidando assim da formação geral. Também é importante lembrar que durante esse tempo aconteceu à privatização do ensino conforme orientação contida no acordo MEC – USAID², no que fez surgir de forma indiscriminada diversos cursos superiores onde se sobressaiam os que exigiam poucos recursos materiais, humanos e permitiam a superlotação das turmas.

Com o enfraquecimento visível do regime militar no início de 1980 os movimentos que eram contra a política arbitrária já se apresentavam de forma mais contundente a fim de recuperar os espaços tomados pelos militares. Os que fugiram do Brasil por causa da perseguição começaram a retornar às suas casas.

Com o fracasso da implantação da reforma as escolas foram desobrigadas da profissionalização para dar ênfase à formação geral. A luta pelo retorno da Filosofia ao currículo escolar é intensificada, mas tudo foi reconquistado com o trabalho intenso e pressão das forças da sociedade civil, abrindo espaço para novas configurações das políticas.

Esta contextualização nos permite afirmar que a relação trabalho/educação é uma constante nos processos educacionais desenvolvimentistas.

² Dados retirados das páginas do INEP – www.inep.gov.br

2. O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Entende-se que o trabalho como atividade humana, num momento em que o homem interfere na natureza modificando-a e, desta maneira, modificando a si próprio. O trabalho é resultado de ações humanas racionais que visam a sobrevivência humana.

O trabalho é a atividade racional do homem, com a qual adapta os objetivos da natureza, de modo a satisfazer as suas necessidades. No processo de trabalho o homem despende energia física, nervos e mental e cria os produtos necessários para sua existência (SÁVTCHENKO, 1987, p. 7).

Na medida em que a propriedade privada efetiva-se o homem vai se alienando de seu trabalho, em virtude dos processos de exploração. No sistema capital, com o surgimento da maquinaria, há a separação entre o saber e o fazer. Assim, há aqueles que pensam e os que executam o trabalho, nesta relação o trabalhador não se vê como no produto que produz, embora vá adquirindo saberes ao executar determinado trabalho, mesmo que repetitivo – saberes tácitos.

Segundo Sávtchenko (1987, p. 14) compreende-se como propriedade privada “o modo de apropriação dos meios de produção e dos resultados do trabalho por parte dos homens”.

É por meio desses conhecimentos que os trabalhadores efetivam o trabalho real. Embora esse conhecimento seja importante não é suficiente para promover a autonomia do trabalhador, pois todo o processo de produção está vinculado a processos ligados à ciência e à tecnologia, à engenharia da produção (LUCENA, 2008).

Ao analisarmos os modelos ou formas que as organizações adotam em sua gestão de trabalho identificamos duas abordagens que são: a base técnica e as tecnologias de organização. Isto é, a máquina, a energia, os mecanismos produtivos e os modos de organizar, controlar e gerenciar a força de trabalho. Assim, para a sociedade capitalista requer:

As transformações tecnológicas constituem ajustamentos da base técnica de produção às determinações das necessidades de valorização do capital. A concorrência capitalista requer contínuo aumento da produtividade pelo aumento de controle e da racionalização do trabalho pela redução dos custos de cada unidade produzida (MACHADO, 1993, p. 33).

Assim, os processos de qualificação dos trabalhadores são fundamentais para os processos produtivos, sendo a educação importante ferramenta para a emancipação humana, pois o acesso ao conhecimento faz com que os trabalhadores percebam os processos de exploração.

No entanto, Lucena (2008, p. 24) diz que: “o aumento do nível de escolaridade não significa a elevação da sabedoria operária, muito menos a construção de homens superiores, que enxergam além do trabalho alienado”.

Os processos de organização do trabalho vêm responder a necessidades históricas, assim como os processos de formação dos trabalhadores. Deste modo, Santos (2008) chama atenção que a educação visa, sobretudo, conformar o homem, para que possa viver e se adaptar a realidade. É nesta perspectiva é que se pode dizer que no processo educacional sob a égide da Lei 5692\71 é a teoria do capital humana que subsidia os processos de formação são determinados pelos processos econômicos:

A educação, o treinamento, que aparecem na teoria como fatores determinantes do desenvolvimento econômico, da equalização social, passam a ser determinados pelo “fator econômico” quando as pesquisas discutem as variáveis explicativas do acesso e do sucesso escolar (FRIGOTTO, 1989, p. 19)

Por outro lado a relevância dos vínculos que se pretende estabelecer entre a educação e o desenvolvimento, educação e trabalho, vale explorar não pela força de explicar mais pelo poder de mascarar a verdadeira natureza desses vínculos no interior das relações sociais de produção da sociedade capitalista.

Com isso observamos que a educação escolar em geral não aparenta ter um vínculo com a sociedade capitalista; pelo contrário, o vínculo direto tende a ser cada vez mais tênue, embora a lei 5.692/71 propagandeava essa relação.

3. A LEI 5692/71

A reestruturação da educação brasileira teve como marco a lei 5.692/71 que foi criada para aprimorar as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, o seu desenvolvimento se deu em uma época onde o medo, o terror, e a repressão da ditadura militar imperavam. Mesmo com todos esses acontecimentos a lei foi bem aceita pela sociedade que a legitimou como instrumento de grande valia para o aperfeiçoamento do ensino.

Com o surgimento de uma nova função destinada à política educacional, a nova lei teve como objetivo conter a demanda por vagas nos cursos superiores e através de cursos profissionalizantes “desviar” a atenção da formação superior. De acordo com a análise feita na lei de diretrizes e bases de 1961 a fim de compreender a estrutura e funcionamento do ensino médio, Freitag (1986) constata que:

O ensino profissionalizante estava sendo utilizado pelas classes ‘menos favorecidas’ como um meio de ascensão que permitia adquirir o diploma formal necessário para as inscrições ao vestibular. Portanto, não estava ocorrendo uma profissionalização de nível médio, mas uma corrida geral para a universidade. A consequência era a pressão sobre as universidades.

Na lei 5.692/71 encontram-se dois eixos de grande importância para reformá-la de ensino de 1º e 2º grau que são: o aumento da obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos e a inclusão do ensino profissionalizante no curso de nível médio ou 2º grau, promovendo assim a inclusão das massas populares onde grande parte eram excluídas da escola.

Dessa maneira Saviani (1996a apud ZOTTI, 2004) diz que ao observar os objetivos da lei 4.024/61 e os objetivos da lei 5.692/71 identificou que ambas não foram alteradas, no qual esclarece que:

Primeiro porque o artigo 1º da lei n.4.024/61- “Dos fins da educação”- não foi revogado; segundo porque a lei n.5.692/71 apenas traduziu estes fins, sinteticamente, em termos de 1º e 2º graus, denominação que passou a definir a estrutura do ensino, ficando assim descrito o objetivo geral: “Art.1º- O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

Assim observou que a lei 5.692/71 tinha por objetivo corrigir as distorções crônicas que por muito tempo tem afetado o mercado de trabalho, no que impediu que os técnicos de nível médio conseguissem uma ocupação profissional.

É importante ressaltar que em que pese a concepção educacional constante na lei fosse a tecnicista, muitas outras teorias educacionais eram (e são) debatidas no cenário educacional.

4. TEORIAS EDUCACIONAIS/QUALIFICAÇÃO

No Brasil, pelo menos nos últimos cinquenta anos, as tendências liberais tem se destacado de forma marcante em suas formas ora conservadoras ora renovada.

Tais tendências se manifestam evidentemente nas práticas escolares e no planejamento pedagógico de muitos professores, ainda que os mesmos não se dêem conta da influencia que isso traz. Destaca-se como uma das responsáveis pela educação/qualificação a pedagogia liberal.

De acordo com Libâneo (2001, p. 21) “a pedagogia liberal sustenta a idéia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desenvolvimento de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais”. Com isso, as pessoas necessitam aprender a adaptar-se aos valores e as normas vigentes nas sociedades de classes, através do desenvolvimento da cultura individual.

Historicamente, a educação liberal iniciou-se com a pedagogia tradicional e, por razões de recomposição da hegemonia da burguesia, evolui para pedagogia renovada, também denominada (escola nova ou ativa), o que não significou a substituição de uma pela outra, pois ambas conviveram e convivem na prática escolar (LIBÂNEO, 2001).

O referido autor classificou as tendências pedagógicas como liberais e progressistas, a saber:

4.1. Tendências Liberais:

- a) Tendência tradicional:** caracteriza-se por acentuar o ensino humanístico, de cultural geral, no qual o aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço, sua plena realização como pessoa;
- b) Tendência liberal renovada:** acentua, igualmente, o sentido da cultura como desenvolvimento das aptidões individuais;
- c) Tendência renovada progressista:** parte principalmente da forma difundida pelos pioneiros da educação nova, entre o qual se destaca Anísio Teixeira.
- d) Tendência renovada não-diretiva:** orientada para os objetivos de auto-realização e para as relações interpessoais;
- e) Tendência liberal tecnicista:** subordina a educação à sociedade, tendo como função a preparação de “recursos humanos”, mão de obra para a indústria (LIBÂNEO, 2001).

4.2. Tendências progressistas:

a) Tendência libertadora e Tendência libertária: essas duas tendências têm em comum o anti-autoritarismo, a importância da experiência vivida tendo como estrutura a interação educativa e a autogestão pedagógica. Com isso, dão uma atenção maior ao aprendizado em grupo do que aos conteúdos;

b) Tendência crítico-social dos conteúdos: seu interesse está voltado para a ação pedagógica, a escola é tida como mediadora entre o social e o individual, desempenhando a relação entre os conteúdos e a compreensão por parte do aluno.

Segundo Paiva (1990) nos anos 1970 surgiu uma nova tendência sobre qualificação que diz que a mesma está em crescimento acelerado, mas que a mesma mascara o processo de desqualificação que ocorre na realidade.

Com isso no que se refere à qualificação notamos a importância de preparar os trabalhadores para que estejam aptos para o processo produtivo, onde a educação assume um papel fundamental para a aquisição de conhecimento necessária para o melhor aproveitamento no processo .

4.3. Teoria do Capital Humano

Ao conceituarmos capital humano a partir de uma visão reducionista procura-se firmar como um dos elementos explicativos do desenvolvimento e igualdade social, no que a teoria da educação segue do ponto de vista da investigação a um caminho tortuoso.

A teoria do capital humano pressupõe que o capital humano é sempre algo produzido, isto é, algo que é produto de decisões deliberadas de investimentos em educação ou em treinamento. Em todas as economias modernas o grau de educação possuído por um indivíduo correlaciona-se com os rendimentos pessoais (ALMEIDA E PEREIRA, 2009, p.1).

Nessa teoria a educação qualificaria o trabalho humano, e por esse motivo amplia a produtividade econômica, a visão tecnicista afirma que o indivíduo educado se desenvolveria a si mesmo e estaria desenvolvendo a nação no que se refere ao econômico.

Nesse sentido a teoria desloca-se para o âmbito do indivíduo os problemas que são de ordem social, e neste sentido ela afirma que a escola capitalista é produtiva, no sentido que gera a improdutividade (FRIGOTTO 1988).

A visão do capital humano reafirma necessidade de redimir o sistema educacional de sua ineficácia que por sua vez deveria oferecer ferramentas metodológicas e tecnologia adequadas para a construção do processo educacional tornando a educação uma geradora de um novo modelo de capital humano.

Segundo Frigotto (1989, p.122) “a teoria do capital humano, é a penas uma das especificações das teorias de desenvolvimento que se desenvolvem amplamente nos anos após a II Guerra Mundial”.

Com o surgimento das teorias do desenvolvimento, especialmente da ideologia desenvolvimentista, não é aceitável a separação do contexto político do pós II Guerra Mundial, onde surgem os EUA e URSS como dois pólos antagônicos que brigam pela liderança internacional.

Já na concepção do capital humano argumenta-se que a educação e o treinamento favorecem o trabalho no que representa um investimento social ou individual igual ou superior ao capital físico.

Portanto a teoria do capital humano requer uma ligação linear entre o desenvolvimento e a superação da desigualdade social, através da qualificação, o que levaria a uma produtividade crescente.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Tendo como foco a formação histórica da ETFAM para alcançar o objetivo deste relatório utilizamos o método de análise de conteúdo pelo fato do mesmo proporcionar a inferência de conhecimentos relativos à compilação de documentos analisados durante a pesquisa.

Segundo Bardin (2001, p.38) “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Com isso a análise de conteúdo acrescido de outras características ajudaram a identificar as especificidades desta pesquisa.

Ao se falar em análise documental verificamos a possibilidade de realizar a condensação de documentos segundo certas regras, onde torna-se possível classificar as informações de determinado documento.

Para Bardin (2001, p.45) “a análise documental é uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado anterior, a sua consulta e referência”.

Assim, para este relatório a análise documental proporcionou uma nova óptica dos documentos analisados ao longo desta pesquisa otimizando a qualidade do relatório. Ao relacionarmos a análise de conteúdo com a análise documental percebemos que ambas possuem técnicas que proporcionam ao pesquisador uma melhor compreensão dos documentos, bem como favorecem um olhar sobre diferentes ângulos das informações contidas nos documentos. Ou seja, os dois tipos de análise possuem a mesma finalidade que é a de conhecer, esclarecer as características do campo de análise das informações.

Para entendermos a análise de conteúdo é preciso compreender suas diferentes fases no qual organizamos em torno de três pólos cronológicos:

1. Pré-análise;
2. Exploração do material;
3. O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise visou organizar todo o conteúdo não estruturado que foi submetido à exploração sistemática dos seus conteúdos. Foi o momento em que o

selecionamos os documentos sem uma análise aprofundada para posteriormente submetê-la a uma análise mais criteriosa.

De acordo com Bardin (2001, p.95) “a pré-análise corresponde a um período de intuições, mas, têm por objetivo tornar operacionais e sistematizar as idéias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise”. A priori a pré-análise possui três objetivos distintos que são: A escolha dos documentos, a formulação das hipóteses, elaboração de indicadores.

“Como fundamento” da pré-análise a leitura flutuante consistiu em estabelecer um primeiro contato com os documentos que foram analisados onde pouco a pouco a leitura foi se tornando mais precisa. Para isso se fez necessário realizar a escolha dos documentos formando um conjunto chamado *corpus* a fim de determinar quais informações foram necessárias para esta pesquisa.

Após a escolha dos documentos foram feitas então a elaboração das hipóteses que é uma afirmação feita através da intuição. Conforme Bardin (2001, p.98) “é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise.”

Após a conclusão da pré-análise foi feita a exploração do material, que nada mais foi do que um maior aprofundamento dos documentos esta foi uma das etapas mais demoradas e cansativas. Segundo Bardin (2001, p.101) esta fase “consiste essencialmente em de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”.

Em seguida foi feito o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Segundo Bardin (2001, p.101) “os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas, podem servir de base a uma outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas, ou praticada graças a técnicas diferentes”.

De acordo com Bardin (2001, p.103) “a codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregado em unidade, aos quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo.”

Como unidade de registro utilizamos o tema por o mesmo proporcionar uma libertação do texto analisado em acordo com critérios relativos à teoria utilizada, o que serve de referência à leitura. A autora destaca:

O tema é uma unidade de significação complexa, de comprimento variável; a sua validade não é de ordem linguística, mas antes de ordem psicológica: podem constituir um tema, uma afirmação como alusão; inversamente, um tema pode ser desenvolvido em várias afirmações ou proposições (URUNG apud BARDIN 2001, p.105)

Utilizamos a categorização por a mesma proporcionar a classificação das informações contidas nos documentos a fim de identificar a diferenciação dos elementos para que logo após pudesse ser agrupadas de forma lógica para fácil compreensão do conteúdo elaborado.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos (BARDIN 2001, p. 117).

Desta forma todo procedimento metodológico utilizado serviu como ferramenta para alcançar o objetivo almejado, onde proporcionou subsídios para compreensão, organização, esclarecimento e finalização deste relatório.

Queremos destacar que a compilação dos documentos foi extremamente desgastante, pois a Instituição estava organizando o seu arquivo e a firma que estava com essa tarefa era terceirizada e muitas vezes não encontrávamos os responsáveis pelo arquivo, ou os documentos não podiam ser disponibilizados visto que estavam sendo trabalhados e o antigo arquivo estava tão mal organizado que foi impossível compilar documentos importantes.

RESULTADOS FINAIS

As atividades trabalhadas no período foram:

- Visitas a Escola Técnica Federal do Amazonas para compilação de documentos.
- A pré-análise, análises dos documentos pesquisados, elaboração das hipóteses, objetivos e indicadores.
- Elaboração do *corpus* que é justamente o agrupamento de documentos.
- Seleção de alguns documentos dentre eles: dois manuais informativos do ano de 1976 e 1977 e grades curriculares de alguns cursos oferecidos na ETFAM durante o período de 1982 a 1986.

Com a utilização dos indicadores na pesquisa foi possível identificar nos documentos analisados a frequência de alguns itens que foram importantes para uma melhor compreensão das informações. Segundo Bardin (2001, p.100) “o indicador correspondente será a frequência deste tema de maneira relativa ou absoluta, relativamente a outros.”

A análise da pesquisa foi realizada com base nos seguintes documentos:

Manual Informativo de 1976

No manual informativo da ETFAM de 1976, encontramos descritas as normas regimentais dos alunos onde tratam de como o aluno deve proceder dentro da instituição bem como os benefícios que lhe cabem por direito. Essas normas visam assegurar o bem da estar da comunidade acadêmica. Verificamos que a questão do bom comportamento, de atendimento à ordem é uma constante, o que demonstra estar compatível com o contexto da época.

Encontramos também nesse manual os cursos oferecidos pela ETFAM bem como suas disciplinas instrumentais e as habilitações oferecidas nos cursos técnicos, vemos também do que é necessário para ser um bom técnico; o que faz um técnico e sua estruturação curricular.

É descrito também os cursos de formação especial no qual é descrito as disciplinas as qualificações específicas e o que o técnico formado nesse curso irá fazer.

Como complementos didáticos ao aluno foram descritas dicas de como estudar melhor onde visa oferecer mecanismos que proporcionem melhor aproveitamento das disciplinas.

Neste documentos também são relatados o que a referida instituição colocou a disposição dos alunos tais como: centro cívico escolar, biblioteca, serviço de orientação educacional (SOE), serviço social entre outros.

Manual Informativo de 1977

No referido manual do ano de 1977 notamos que a estruturação curricular do núcleo comum foi baseada no art. 7º da lei 5.692/71; na estruturação curricular da formação especial utilizou-se como parâmetro o parecer de número 45 de 12 de janeiro de 1972.

Notou-se também a inclusão da legislação de ensino que incluem seus decretos, portarias e instruções normativas

Para uma melhor compreensão do relatório tornou-se necessário codificar as informações a fim de permitir que o conteúdo trabalhado estivesse de uma forma clara a ponto de ser facilmente compreendido.

Grades curriculares

Descrevem os cursos de estradas, saneamento, eletrotécnica, química, mecânica, edificações, segurança do trabalho e eletrônica, bem como suas disciplinas, práticas educativas e carga horária.

Notou-se também a semelhança entre algumas grades curriculares como a de eletrônica e a de eletrotécnica. As grades possuem em comum o currículo pleno composto pela educação geral, formação especial e estágio supervisionado. A educação geral está subdividida em núcleo comum composta pelas disciplinas de português, estudos sociais, ciências e componentes curriculares. A formação especial está subdividida em formação instrumental e profissional e o estágio em seguida.

Categorias de Análise retiradas na análise dos documentos

O objetivo central da Escola Técnica era formar o técnico em nível de 2º Grau. O que mostra que na prática o princípio da terminalidade estava presente conforme coloca Freitag (1986). Existem trabalhos como de Oliveira (1999) que demonstram que os trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus são em sua grande maioria oriundos da ETFAM. O mesmo trabalho mostra que os egressos da ETFAM são os que mais têm aprovação no vestibular da única Universidade Federal do Estado – a UFAM³ - o que evidencia o princípio da continuidade expresso na lei (FREITAG, 1986).

Os documentos revelam categorias positivistas e constantes no ideal desenvolvimentista: ordem, progresso, desenvolvimento. Evidencia também a relação entre a forma taylorista de produzir e organizar a escola, ou seja, grade curricular, normas inflexíveis de organizar, como por exemplo, o que se refere aos uniformes de educação física, conforme o manual de 1976.

REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA

As reflexões que tecemos no decorrer do Estudo é que a Escola Técnica Federal do Amazonas na época estudada nos remeteu à discussão que Cunha (1977) traça a respeito das funções do Ensino Técnico Industrial e do Ensino Médio profissionalizante. Segundo o referido autor as funções são **propedêutica e contenedora**, para responder os princípios da terminalidade e continuidade.

A função propedêutica manifesta-se na preparação dos alunos da Escola Técnica Federal do Amazonas para os cursos superiores. Para o autor:

As pesquisas mostram que os candidatos aos cursos superiores são principalmente jovens das camadas médias da sociedade, do mesmo modo como é predominante a sua participação no contingente universitário (CUNHA, 1977, 104)

A busca pela Universidade evidenciada pelo aumento da taxa de matrículas segue a tendência mundial em que a classe média busca uma melhor qualificação para seus filhos, para que esses possam ascender socialmente, pois é “um requisito

³ Na época a UFAM denominava-se UA.

de acesso a cargos mais elevados na hierarquia burocrática [...]” (CUNHA, 1977, p. 111). O autor continua:

Em termos de estrutura social, essas taxas são expressão do fenômeno de procura do ensino superior como orientação para a conquista de um requisito de ascensão social que tem sido cada vez mais necessário, à medida que a economia brasileira se desenvolve no sentido da concentração, como indicamos anteriormente.

O incremento das matrículas no ensino médio, e no ensino técnico industrial em particular, passa a ter sentido no quadro de referência descrito como expansão da preparação de candidatos para o ensino superior (CUNHA, 1977, p. 113).

Quanto à função contenedora da Reforma materializa-se na concepção que havia boas oportunidades ocupacionais, Cunha inclusive discute que houve propaganda massificadora sobre a importância dos técnicos para o país, apregoando que o desenvolvimento tecnológico exigia técnicos especializados e, por isso competentes para o mercado, não havendo necessidade de doutores.

O que ficou claro no trabalho é que as categorias discutidas como continuidade e terminalidade, assim como as funções propedêuticas e contenedoras são categorias que estão presentes na história do ensino médio e profissional no Brasil.

Considerações Finais

O presente relatório teve como finalidade traçar a formação histórica da Escola Técnica Federal do Amazonas sob a égide da lei 5.692/71 que reformava os ensino de 1º e 2º grau, bem como seu objetivos enquanto lei.

Tendo em vista a formação da referida instituição, utilizamos para objetivo deste relatório o método de análise de conteúdo pelo mesmo nos proporcionar conhecimentos relativos a compilação de documentos. Para entender melhor a análise de conteúdos é preciso compreender as suas diferentes fases:

- Pré-análise;
- Exploração do material;
- Tratamento dos resultados, inferência e a interpretação.

A pré-análise organiza todo o conteúdo não estruturado que foi submetido à exploração sistemática. A exploração do material que nada mais é que se aprofundar nos documentos que foi a parte mais demorada e finalizando o tratamento dos resultados e codificação de dados.

Não obstante o presente relatório alcançou seu objetivo que foi o de traçar a formação histórica da Escola Técnica Federal do Amazonas, pois por meio da análise dos manuais e dos currículos podemos reconstruir a organização do trabalho escolar. Embora, precisássemos de outros elementos para trabalhar a história da Instituição, o que foi impossível devido a grande dificuldade de encontrar os documentos.

Para posterior pesquisa este estudo nos deu subsídio para afirmar que as categorias – continuidade/terminalidade e função propedêutica/função contenedora estão contidas na história do ensino profissional e médio.

Também ficou claro que a ETFAM tinha uma identidade construída como escola, com uma cultura organizacional aos moldes da apresentadas nas fábricas, assim sendo, indicamos um estudo mais aprofundada sobre a cultura organizacional desenvolvida na Escola Técnica Federal do Amazonas, e como esta se apresenta na atualidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. P. de. E PEREIRA, R. S. **Críticas à teoria do capital humano (uma contribuição à análise das políticas públicas)**. Disponível em www.ufmt.br. 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Fontes, 2001.
- CARNEIRO. **LDB Fácil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CUNHA, Luiz A. **A profissionalização no Ensino Médio**. Rio de Janeiro: Eldorado, Tijuca. 1977
- FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 6º. Ed. São Paulo: Moraes, 1986.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 5. ed. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1989.
- INEP. Brasília. Acessado em: 28/12/2009 <http://www.inep.gov.br/>
- LIBANEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- LUCENA, C. Trabalho e conhecimento tácito na reorganização da produção capitalista: uma análise de suas contradições. In: LUCENA, C. **Trabalho, Precarização e Formação Humana**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2008.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Sociedade industrial x Sociedade tecnizada**- mudança no trabalho, mudança na educação. In: Educação e Trabalho, UFMG 1993.
- NASCIMENTO E COLARES. **Análise da eficiência da lei 5692/71 na formação dos Trabalhadores de guarapuava sob a perspectiva de Consciência para a cidadania e qualificação para o Trabalho**. Disponível em www.historiaehistoria.com.br, 2008.
- OLIVEIRA, Sonia S.B. **A formação profissional do técnico em eletrônica frente às demandas de qualificação das empresas do Distrito Industrial de Manaus: um estudo de caso** - A Escola Técnica Federal do Amazonas, *Ano de Obtenção*: 1999.
- PAIVA, Vanilda. **Produção, qualificação e currículos**. In: FRANCO;ZIBAS (Org). *Final do século: desafios da educação na América Latina*. São Paulo: Cortez,1990.
- PELEGRINI E AZEVEDO. **A Educação nos anos de chumbo: a Política Educacional ambicionada pela "Utopia Autoritária" (1964-1975)(Parte 2)**. Disponível em www.historiaehistoria.com.br, 2008.

SANTOS, J. M. dos. A formação do trabalhador industrial mineiro mediante as estratégias educacionais da FIEMG no contexto do Nacional Desenvolvimento. In: LUCENA, C. **Trabalho, Precarização e Formação Humana**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2008.

SÁVTCHENKO, P. **Que é o trabalho?**.Edições progresso, 1987.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de reforma:legislação educacional no Brasil Império e República**. Brasília: Líber Livro, 2008.

ZOTTI, Solange. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos 1980**. Brasília: Editora Plano, 2004.